

“O DEPARTAMENTO FEMININO DO CLUBE”, DE HELENA PARENTE CUNHA: IMPOSIÇÕES QUESTIONÁVEIS

Mayara Mayre Silva dos Santos¹
Alexandra Santos Pinheiro²

Resumo: A partir dos pressupostos da crítica feminista, neste artigo, pretendemos analisar o conto “O departamento feminino do clube”, pertencente à Coletânea *Vento ventania vendaval*, da escritora Helena Parente Cunha, a fim de identificar de que maneira a narrativa evidencia a subjugação e imposição de papéis domésticos às mulheres. Verificamos, também, a metáfora por trás da referência a esse departamento feminino (trazida já no título), ou seja, esse meio de repartição e/ou subdivisão dentro de esferas públicas ou privadas. A narrativa da autora delinea um quadro da sociedade da época, mas traz à tona temáticas contemporâneas, uma vez que aborda a desigualdade de gênero e tece, por meio do texto literário, uma crítica aos discursos e práticas sociais que alimentam o olhar hierárquico entre os gêneros. No conto, evidencia-se a divisão dos papéis e a existência dos contratos sociais e matrimoniais, os quais são pregados nas linhas teóricas do feminismo. Diante do exposto, analisamos as marcas sociais e culturais deixadas pelos valores patriarcais de dominação e submissão das mulheres. Pela perspectiva teórico crítica feminista, este estudo dialoga com as bases teóricas de: Pateman (1993), Lauretis (1994) e Showalter (1994).

Palavras-chave: Autoria de mulheres; Relações de gênero; Helena Parente Cunha.

1 Introdução

Entre as visibilidades sem incógnitas, ela pairava, leve, apesar do ar estagnado, que pergunta a sua, depois do almoço, você não sabe o que os homens gostam de fazer? Eles conversam, falam dos negócios deles, fumam, tomam café, bebem conhaque, ora essa [...] (CUNHA, 1998, p. 43).

A epígrafe com a qual inauguramos esta análise pertence ao conto “O departamento feminino do clube”, da coletânea *Vento ventania vendaval* (1998), escrita

1 Mestranda do PPG-Letras da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD. E-mail: mayara.silvasantos18@hotmail.com

2 Professora doutora Associada da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD. E-mail: alexandrapiheiro@ufgd.edu.br

por Helena Parente Cunha. Fazendo alusão ao título do conto analisado, o excerto refere-se metaforicamente ao tratamento ofertado às mulheres da época e aos papéis domésticos atribuídos a elas em sociedade, notando-se, assim, uma prévia das abordagens e problemáticas a serem explanadas no decorrer da presente análise. A reflexão explora o dito e o não dito na tentativa de compreender o que fazem as mulheres, enquanto os homens “conversam, falam dos negócios deles, fumam, tomam café, bebem conhaque [...]”. Para responder a esta e outras indagações provocadas pelo texto literário, tecemos um diálogo com Eliane Showalter (1994) no intuito de refletir acerca dos quatro modelos propostos por ela (biológico, linguístico, psicanalítico e cultural). No contexto da reflexão de Showalter, estes modelos diferem e qualificam a escrita de mulheres, culminando no que ela denomina como ginocrítica. A teoria de Pateman (1993), por sua vez, permite analisar como os contratos sociais, sexuais e o papel da mulher em sociedade foram (e algumas vezes ainda são) estabelecidos a partir dos valores do patriarcado. Por fim, Teresa de Lauretis (1994) conduz nosso olhar para o debate sobre a questão da autoria de mulheres na literatura.

A crítica feminista e os escritos de autoria feminina contribuem para elucidar as desigualdades de gênero presentes na sociedade desde os tempos mais remotos até a contemporaneidade. A exploração dessas teorias e textos literários permite ampliar os olhares em relação às questões de gênero para desmistificar e desconstruir os padrões impostos e enraizados pelos valores patriarcais na sociedade. Nesta organização social, a mulher ainda ocupa uma posição de sujeito submisso e relegado a papéis de inferioridade em relação aos homens. Estudos realizados no ano de 2019³ constataram que “54,5% das mulheres com 15 anos ou mais integravam a força de trabalho no Brasil. Enquanto isso, o percentual entre homens corresponde a 73,7%”. As pesquisas também mostraram que o nível de ocupação para homens que têm filhos está bem acima do das mulheres e, concomitantemente, a dedicação às tarefas domésticas ocorre em maior sobrecarga para as mulheres. Por outro lado, alguns indicadores mostram que, no quesito educação, as mulheres estão à frente dos homens, reforçando assim a necessidade de se tratar sobre as questões de desigualdade de gênero para que não haja impedimento de acesso aos direitos básicos tanto para mulheres quanto para homens.

Cecil Jeanine Albert Zinani, ao tratar sobre a questão da mulher como sujeito da representação e sujeito leitor, afirma que os Estudos de Gênero compreendem a abordagem sobre os aspectos correspondentes à identidade, sexualidade, pós-modernidade, pós-colonialismo, desterritorialização e multiculturalismo (ZINANI, 2012, p. 146). Conforme a pesquisadora, “a atividade literária e cultural feminina ampliou-se significativamente no século XX, a partir de dois marcos significativos: Virginia Woolf e Simone de Beauvoir” (ZINANI, 2012, p. 151). Woolf,

3 IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: <https://agencia-brasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho>, Acesso em 22 de maio de 2021.

vale lembrar, é uma grande referência literária para o mundo e escreveu obras pensando nas questões da literatura escrita por mulheres; já a filósofa francesa Simone de Beauvoir, chamou a atenção do mundo com a defesa de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. [...], é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 1967, p. 09).

Dentre outros quesitos, percebemos também a emergência dos aspectos relacionados à alteridade, outremização da mulher e processos de submissão, rejeição, imposição de papéis e estratificação do pertencimento da mulher em sociedade; estabelecidos perante as diferenças de gênero. Dentro dessa perspectiva, entende-se a ascendência do movimento feminista que ocorreu a partir da década de 60 – no século XX. Neste sentido, os Estudos Culturais contribuíram na valorização das produções artísticas e literárias de grupos minoritários (incluindo as mulheres). A luta por direitos tomou fôlego após o Sufrágio feminino, quando as mulheres também reivindicaram outros direitos básicos por serem impedidas por lei de ter acesso à educação, ao mercado de trabalho e a uma remuneração justa. O Sufrágio aconteceu entre o século XIX e XX, sendo protagonizado na Inglaterra inicialmente, mas se expandiu pelo mundo, incentivando marchas sociais em busca de direitos de igualdade. O movimento gerou assim a primeira onda do feminismo. Em relação aos direitos das mulheres brasileiras, Nísia Floresta foi uma das pioneiras na inauguração sobre os estudos do feminismo e publicou textos sobre os direitos das mulheres. No entanto, somente em 1932, na Era Vargas, o Brasil concedeu às mulheres o direito ao voto.

Os debates suscitados culminaram, inclusive, no questionamento dos cânones. Essa tendência tem caráter revisionista dos textos canonizados e formatados dentro da esfera politizada elitista, branca e machista. A crítica feminista busca revisitar a historiografia e reivindicar o protagonismo feminino para a consolidação da literatura nacional, conquistando, assim, novos espaços para as mulheres das letras. Há muito tempo as mulheres vêm quebrando os silêncios culturais através das palavras. Na década de 70, houve no Brasil a ascendência dos estudos sobre mulheres, literatura e relações de gênero; ganhando fôlego nas academias ao longo da próxima década.

De acordo com Schmidt (1995), é necessário reescrever a literatura a partir destes olhares heterogêneos femininos, que por décadas ficaram apagados ou sob o poder masculino. Este fator, além de contemplar as escritas mais recentes de autoras contemporâneas, eleva os nomes de algumas que se encontram em situação de silenciamento histórico e literário. O ato de escapar dos silenciamentos e ressignificar o conceito de literatura de autoria feminina (o qual vinha sendo e ainda é carregado de estigmas) inaugura a desmistificação dos padrões patriarcais e molda um novo sentido para esses escritos, ganhando espaço e privilegiando a autonomia das mulheres nos campos artísticos e literários. A esse respeito, a autora complementa:

A presença da mulher no espaço dos discursos e saberes é, pois, um ato político, pois remete à relações de poder inscritos nas práticas sociais e discursivas de uma cultura que se imaginou e se construiu a partir do ponto de vista normativo masculino, projetando o seu outro na imagem negativa do feminino (SCHMIDT, 1995, p. 185).

Rita Schmidt, ao discutir sobre o espaço da mulher na literatura e as questões de visibilidade e invisibilidade, mostra o quão desvalorizado é o estado de escrita da mulher. Ela lembra que a historiografia negou a legitimidade dos textos literários escritos por mulheres e que, no Brasil, apenas na década de 70, do século XX, algumas literatas seriam reconhecidas:

Raquel de Queiróz, Cecília Meireles e Clarice Lispector. As razões determinantes desse, “esquecimento” são complexas e remetem à própria concepção de criatividade postulada pela ideologia patriarcal e generalizada sob a forma de uma premissa básica, a de que homens criam e as mulheres simplesmente procriam. A nossa tradição estética, de base europeia, tradicionalmente definiu a criação artística como um dom essencialmente masculino (SCHMIDT, 1995, p. 183-184).

Com isso, Schmidt esboça a ligação entre os quesitos de poder, práticas sociais e culturais que reforçam esses padrões que normatizam os comportamentos para homens e mulheres, naturalizando os comportamentos masculinos e os femininos:

Isso significa dizer que as representações de gênero, imbricadas na organização de desigualdade social entre os sexos configura-se como instância primária de produção e reprodução da ideologia patriarcal, pois operando na qualidade de uma tecnologia de controle em termos de limites, modelos e significados socialmente desejáveis, gerou um processo disseminado de repressão do feminino (SCHMIDT, 1995, p. 185-186).

É possível perceber, na leitura do conto “O departamento feminino do clube”, e ainda na contemporaneidade, quão recorrente é o discurso que tenta assegurar à mulher a subalternidade e, como menciona Showalter: “o quão é difícil permanecer neste território selvagem, masculino, elitizado e patriarcal” (SHOWALTER, 1994, p. 24-25). Em diálogo com estas teóricas, a análise do texto de Helena Parente Cunha torna mais visível problemáticas que já deveriam estar superadas, como a desigualdade de gênero.

O gênero conto, narrativa de cunho cotidiano e linguagem simples, remete, de maneira geral, a situações vivenciadas por indivíduos pertencentes a diversas esferas sociais. Em diálogo com esta perspectiva, os contos de Helena Parente Cunha elucidam questões significativas do lugar de fala do sujeito mulher e sobre como o pertencimento sociocultural desse sujeito influencia no seu espaço em sociedade.

A autora nasceu em Salvador/BA no ano de 1930, atuou como Professora universitária e possui vários títulos acadêmicos na área das Letras com ênfase nas pesquisas sobre literatura feminina, gênero, literatura brasileira e pós-modernidade. A produção literária de Cunha abrange gêneros diversificados: ensaios, poemas, contos, romances. Embora pouco conhecida no Brasil, suas obras já foram traduzidas para o alemão e para o inglês. Helena Parente Cunha se destaca, também, nas pesquisas e textos literários relacionados às questões de autoria feminina e evidencia em suas obras o protagonismo da mulher e os discursos que regem as relações de gênero.

Cunha aborda traços do cotidiano e explora elementos criativos para emoldurar as personagens e, ao apresentar identidades femininas distintas, descreve a posição das mulheres na sociedade frente aos valores patriarcais e comportamentos de dominação masculina impostos a elas. Cronologicamente, as suas publicações aparecem em forma de poesias, ensaios e vão tomando proporção estendendo-se aos gêneros da ficção, conto e romance. No ano de 1978, inaugura a sua carreira de escritora com a publicação do livro de poemas *Corpo no Cerco*. Um ano depois, publicou *Jeremias*, a Palavra Poética: Uma Leitura de Cassiano Ricardo, em formato de ensaio. Posteriormente, começou a escrever contos e romances, os quais foram premiados nacionalmente. Seu primeiro livro de contos foi *Os Provisórios*, do ano de 1980. Outras obras da autora são: *Mulher no espelho* (2013); *Falas e Falares Minicontos* (2011); *Quem conta um conto – Estudos sobre contistas brasileiras estreadas nos anos 90 e 2000* (2008); *Cantos e cantares* (2005); *Além do cânone: vozes femininas cariocas estreadas na poesia dos anos 90* (2004); *Marcelo e seus amigos invisíveis* (2003); *Claras manhãs de Barra Clara* (2002); *Além de estar* (2000); *Mulheres inventadas* (1997); *A casa e as casas* (1996); *O outro lado do dia* (1995); *As doze cores do vermelho* (1989); *Cem mentiras de verdade* (1985); *Mulher no espelho* (1983); *Maramar* (1980); *Os Provisórios* (1980); *O lírico e o trágico em Leopardi* (1980). Ademais, a autora possui uma infinidade de outras publicações, como participação em coletâneas, antologias, coautorias e traduções de livros.

Em uma entrevista à *Focus–Antologia poética*,⁴ realizada por Ivan de Almeida, Cunha evidencia a harmonia e leveza que sua terra natal lhe proporciona. Além disso, exalta o seu encanto pela literatura, inserindo a escrita como uma forma de libertação da mulher, capaz de materializar as angústias e os aspectos reprimidos. A literatura, para a escritora, também tem a capacidade de ecoar denúncias sociais, relações de poder e angústias humanas. Por último, a entrevistada destaca que a impossibilidade de expressão pode gerar inquietações psíquicas.

De fato, as narrativas de Cunha descortinam temas presentes no cotidiano e nos obriga a reconhecer a urgência em retomar um debate que os setores governamentais buscam invisibilizar. A pandemia causada pelo Covid-19 demonstrou que o lar é um dos locais mais perigosos para as mulheres: “A casa é o local mais

4 Disponível em: <http://focusantologiapoetica.blogspot.com/2010/03/helena-e-mais-do-que-uma-marcante.html>. Acesso em 03 de março de 2021.

perigoso para as mulheres”, recordaram em abril 30 associações marroquinas, que exigiram do governo uma “resposta urgente”.⁵ Fora dele, ainda existem departamentos “selvagens” a serem desbravados pela alteridade masculina: “no Brasil, o salário das mulheres é, em média, 22% menor que o dos homens: R\$ 2.495 para eles e R\$ 1.958 para elas”.⁶ Textos literários, a exemplo de “O departamento feminino do clube”, ajudam a redimensionar olhares e, conseqüentemente, a rever estas práticas de opressão e inferiorização.

Embora a autora concentrasse suas obras aos campos poéticos e ensaísticos, decidiu dedicar-se à escrita dos contos, que, por sinal, mostrou-se de modo bastante inovador. De maneira plena e sólida, Cunha delinea viveres diversos em seus contos, passando desde condições sociais bem estruturadas até as mais miseráveis; relata também condições psíquicas e deprimentes em suas personagens e as condições de sofrimento e miserabilidade humana na qual estão expostas.

Vento ventania vendaval é composto por quarenta e três contos, quase todos protagonizados por mulheres, exceto algumas crianças e um velho “guardador de rebanhos”, e apresenta características de escrita similares às de precursoras na escrita feminina tais como Virgínia Woolf e Emily Brontë, uma vez que conta com recursos como: processo memorialístico, monólogos interiores e fluxo de consciência, e são embebidos por traços de sofrimento e deflagração humana.

Embora siga a mesma linha de problemáticas abordadas em outras obras da autora, as personagens em *Vento ventania vendaval* se mostram um tanto mais conscientes de seu sofrimento e preconceição por conta do gênero. A referência a essa estrutura de departamento referenciado no título, e ao longo do conto, engloba o espaço que a mulher ocupa e os papéis atribuídos a ela. Na narrativa, há uma mescla entre a primeira e a terceira pessoas; e a imagem da protagonista reflete sobre muitas outras. A título de exemplo, recuperamos aqui o questionamento de uma personagem em relação ao fato de as tarefas domésticas serem atribuídas apenas às mulheres daquele departamento. O enredo, portanto, concentra-se no diálogo entre duas mulheres. A protagonista centraliza o discurso, tentando justificar à outra o motivo de as mulheres dos sócios terem sido “escolhidas” para realizar as funções referentes à limpeza do clube. A ouvinte insiste em refutar, por meio de várias justificativas, tais ações contra o sexo feminino, colocando-se como um sujeito político, que incita uma mudança àquela realidade de imposição e exploração. Essa personagem trava um discurso de embate a esses comportamentos abusivos presentes nas relações entre pai e filha, esposa e esposo, dentre outros.

As personagens de Helena Parente Cunha se situam nos seios familiares com papéis de esposas, mães, provedoras e empregadas domésticas e assim denotam a forma como esses seres, dentro de diferentes lugares de fala, são tratados e

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/11/23/com-restricoes-da-pandemia-aumento-da-violencia-contra-a-mulher-e-fenomeno-mundial.ghtml>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

6 Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2020/08/violencia-de-genero-desigualdade-salarial-e-mais-por-que-o-dia-da-igualdade-da-mulher-e-tao-importante-ckeadrj4400250147u16sci6h.html>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

como eles resistem. Tais comportamentos de domínio, é preciso lembrar, não provêm apenas do sexo masculino (pais, filhos, esposos, patrões), eles também podem ser percebidos nas relações entre mulheres a partir de seus pertencimentos social e econômico. A análise a seguir busca compreender esta dinâmica à luz da crítica feminista.

2 “O departamento feminino do clube”: imposições questionáveis

Para que se possa estabelecer relações entre a temática abordada no conto e o que dizem as teorias da crítica feminista, são trazidas aqui as concepções nas quais o texto literário e as teorias se cruzam, e permitem reconhecer os traços de submissão/resignação em relação às mulheres. No título, já é possível perceber também a metáfora por trás desse departamento, pois é uma construção social pautada na desigualdade de gênero. Em uma “assembleia geral”, foi delegado às mulheres o papel de limpeza do clube, com o intuito de cortar gastos: “[...] não, claro que eu não trabalho sozinha, eu e as esposas dos sócios, eleitas em assembleia geral para o departamento feminino, nós é que fazemos a arrumação e a limpeza do salão de festa, do restaurante e da área da piscina, entendeu?” (CUNHA, 1998, p. 42).

Esse fato revela o que Pateman prega em suas teorias a respeito dos contratos empregatícios e matrimoniais e sobre como a mulher é colocada em posição inferior ao homem: subjugada à esfera do lar, aos serviços domésticos, sem receber remuneração por isso. A autora trabalha os conceitos sobre os contratos sociais e sexuais pautados na diferença de gênero, uma diferença utilizada para justificar os papéis de submissão e resignação às mulheres, condicionadas à esfera privada para cumprir as tarefas matrimoniais e maternais. A esse respeito, complementa:

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato (PATEMAN, 1993, p. 16-17).

A autora provoca as teorias políticas de orientação masculina e mostra de que maneira a prática do contrato tem sido utilizada ao longo da história nas relações sociais. De modo geral, o contrato social pauta-se no acordo de direitos e deveres dentro das relações alicerçadas por um contrato de dominação masculina sob as mulheres. Este contrato dialoga com a tese de Bourdieu (1999), para

que as mulheres aceitem a dominação de modo inconsciente. Conforme o autor, a violência/dominação simbólica em relação às mulheres é moldada por estereótipos e leva à divisão sexual e trabalhista entre os gêneros. Tais comportamentos transcendem gerações e fazem com que as próprias mulheres se tornem agentes de dominação. Em outras palavras, as dominadas passariam a contribuir para a manutenção dos discursos e das práticas de dominação:

E as próprias mulheres aplicam toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que faz, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre (BOURDIEU, 1999, p. 45).

Bourdieu defende que homens e mulheres são instruídos a como se comportar e se relacionar em sociedade e, de maneira inconsciente, reproduzem o que aprenderam. E seria esta aprendizagem a responsável por levar a mulher a aceitar as condições dos espaços de submissão, utilizando da mesma lógica para enquadrar outras mulheres. Seria possível, a partir da leitura de Pateman, também pensar o contrato social a partir dos conceitos de contrato sexual, ou seja, a relação de interdependência entre os seres pautados nas diferenças de gênero. Desse modo, a teórica traça conceitos sobre os contratos familiares, matrimoniais, maternais e empregatícios: “O contrato de casamento é, também, um tipo de contrato de trabalho. Tornar-se esposa implica tornar-se dona-de-casa; ou seja, a esposa é alguém que trabalha para seu marido no lar conjugal” (PATEMAN, 1993, p. 176). Assim, explicita como funcionam essas relações e mostra que, no contrato matrimonial, a mulher sofre abuso, mas não consegue se desligar da relação porque foi instruída socialmente, religiosamente e culturalmente a não se separar. Segundo Bourdieu, essa união sacramental, denominada casamento,

continua sendo, para as mulheres, o meio privilegiado de obter uma posição social; como se, sendo resultantes de um ajustamento inconsciente às probabilidades associadas a uma estrutura objetiva de dominação, as predisposições submissas, que se expressam naquelas preferências, produzissem algo semelhante a um cálculo interessado, bem-compreendido (BOURDIEU, 1999, p. 49).

A lógica do casamento, portanto, compõe essa estrutura contratual, instruindo as mulheres a continuarem casadas, mesmo sofrendo abusos, pois se coloca a ideia de que assim elas estarão em posição de privilégio. No contrato maternal, a obrigação do cuidado com os filhos e com o marido concentra-se na mulher. Ambos os contratos pertencem à categoria de contrato social, na qual se ramifica

em subdivisões contratuais de acordo com as esferas sociais. Em relação a essas esferas, Pateman define que:

A sociedade civil patriarcal está dividida em duas esferas, mas só se presta atenção a uma delas. A história do contrato social é tratada como um relato da constituição da esfera pública da liberdade civil. A outra esfera, a privada, não é encarada como sendo politicamente relevante. O casamento e o contrato matrimonial também são considerados, portanto, politicamente irrelevantes. Ignorar o contrato matrimonial é ignorar metade do contrato original (PATEMAN, 1993, p. 18).

Nessa perspectiva, a crítica mostra as desigualdades de gênero existentes nas esferas pública e privada em que a primeira corresponde à proibição da mulher de tomar decisões no espaço público, ou seja, de ter poder de decisão. Na esfera privada, a mulher fica subjugada ao espaço do lar, resignada a cuidar das tarefas domésticas, dos filhos e do marido, servindo-o e “suprindo” as necessidades dele, recolhida, em outras palavras, a uma posição considerada inferior. Tais contratos impõem a divisão de gênero e a classe feminina assume uma posição de inferioridade e subordinação em meio às imposições do patriarcado:

[...] e depois do almoço, cada qual leva seu prato para a cozinha, naturalmente, só as mulheres, mesmo as esposas que não são do departamento feminino se levantam e num instante o salão fica limpo, ah, verdes mares **jamais** bravios, onde estão tuas ressacas, tuas ondas espumantes? **Por que jamais? Cedida e acedida**, pois é, como eu estava dizendo, para ficar mais prático, as mesas dos homens ficam do lado da sala de bilhar e as mesas das mulheres, perto da cozinha [...] (CUNHA, 1998, p. 43, negrito nosso).

Com isso, percebe-se quão enraizada está essa questão dos papéis e como a sociedade transmite esta aprendizagem de geração em geração. A sistematização discursiva e prática das premissas defendidas pelo discurso patriarcal ainda buscam enquadrar as mulheres no âmbito doméstico e os homens no espaço público, como provedores. Além disso, nos termos em destaque na citação, percebemos uma inquietação da ouvinte do discurso perante o conformismo da protagonista. A palavra “jamais” remete a algo impossível de acontecer, ou seja, esse mar que sempre permanecerá com águas calmas e sem oscilações ou mudanças. No mesmo sentido, a palavra “cedida”, conforme explicação dicionarizada,⁷ é sinônimo de algo: outorgado, doado, ofertado e/ou oferecido temporariamente a outra pessoa. Já “acedida”, assemelha-se a: estar de acordo, concordar, conformar, resignar e submeter. Diante disso, retomam-se as questões a respeito dos valores patriarcais, que dialogam com as colocações da pesquisadora Bárbara Cunha (2014):

⁷ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

O patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, estabelecendo, a partir delas, um processo de dominação-subordinação. Este só pode, então, se configurar em uma relação social. Pressupõe-se, assim, a presença de pelo menos dois sujeitos: dominador (es) e dominado (s) (CUNHA, 2014, p.154).

Sendo assim, a sociedade patriarcal coloca a mulher em posição de sujeito frágil, incapaz, aquele que necessita de alguém do sexo masculino para conduzi-la e protegê-la. A mulher fica subjugada a uma condição de inferioridade, sendo colocada no seio do lar como doméstica e servidora dos prazeres do homem, o qual exerce autoridade sobre ela. Lauretis empresta o conceito de tecnologia de Foucault, que considera “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais” (LAURETIS, 1994, p. 208), e repensa as concepções de poder e desconstrucionismo para dizer que os mesmos não dão conta de elucidar o conceito de gênero, afirmando que o órgão sexual não explica a pluralidade dos seres. A fim de desmistificar tais preceitos, ela discorre sobre quatro proposições dos conceitos de gênero:

Gênero é (uma) representação – o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário

A representação do gênero é a sua construção – e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção.

A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, como da era vitoriana, por exemplo. E ela continua a ocorrer não só onde se espera que aconteça – na mídia, nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear, extensa ou monoparental – em resumo, naquilo que Louis Althusser denominou “aparelhos ideológicos do Estado”. A construção do gênero também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo.

Paradoxalmente, portanto, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa. O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação (LAURETIS, 1994, p. 209).

A teórica leva a compreensão de que o gênero não é uma condição natural e sim um engendramento ou formatação do comportamento esperado para o sujeito, que viabiliza a construção em relação às ideologias de gênero. Lauretis chama a atenção para instâncias sociais: mídia, escolas, famílias, igreja, dentre outras, que reforçam a construção do gênero engessada na sociedade como as formas de controle do corpo e da sexualidade instauradas por uma sociedade que delimita

e separa os espaços para homens e mulheres. Elaine Showalter, por sua vez, traça percepções acerca da importância da ascendência das teorias feministas nos campos literários, bem como o papel de revisionismo e reconfiguração textual presentes nos textos de mulheres. A autora se encarrega de criar um termo referente à importância de se debruçar nos estudos dos textos escritos por mulheres, intitulando-o como ginocrítica:

A crítica feminista mudou gradualmente seu foco das leituras revisionistas para uma investigação consistente da literatura feita por mulheres. A segunda forma da crítica feminista produzida por este processo é o estudo da mulher como escritora, e seus tópicos são a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos de mulheres; a psicodinâmica da criatividade feminina; a trajetória da carreira feminina individual ou coletiva; e a evolução e as leis de uma tradição literária de mulheres. Como não existe um termo em inglês para este discurso crítico especializado, inventei o termo *gynocritics* (ginocrítica). A ginocrítica oferece muitas oportunidades teóricas, o que não acontece com a crítica feminista (SHOWALTER, p. 29, 1994).

Mais adiante, Showalter explana sobre a forma como os aspectos biológicos, linguísticos, psicanalíticos e culturais influenciam na construção dos textos de mulheres, enfatizando que estes se complementam e causam um diferencial nesta linha de pensamento ginocriticista:

As teorias da escrita das mulheres atualmente fazem uso de quatro modelos de diferença: biológico, lingüístico, psicanalítico e cultural. Cada um é um esforço para definir e diferenciar as qualidades da mulher escritora e do texto da mulher; cada modelo representa também uma escola de crítica feminista ginocêntrica, com seus textos, estilos e métodos preferidos. Eles se sobrepõem e são mais ou menos sequenciais, no sentido de que cada um incorpora o anterior (SHOWALTER, p. 31-32, 1994).

Assim, é possível observar a construção do texto a partir destes aspectos internos e externos relacionados ao sujeito que constrói um texto. Sendo assim, observamos, na narrativa de Cunha, a descentralização do discurso masculino adotado em primeira instância, permitindo, portanto, conhecer o ponto de vista da mulher e o espaço que ela ocupa – o lugar de fala dela. A abordagem selecionada nos leva a verificar a forma com que as narrativas femininas parentianas são construídas.

No sentido metonímico,⁸ a vivência dessa(s) mulher(es) e os seus sofrimentos podem ser detectados em outros âmbitos sociais, visto que as personagens principais que conduzem o diálogo aparecem inominadas, podendo representar uma realidade constante e de outrem. Importante destacar que apenas as mulheres aparecem sem nome. Os homens são revelados pelo discurso delas, a exemplo de

⁸ No conto, as protagonistas do diálogo aparecem inominadas, que pode significar a imagem refletida de outros contextos, representando também a vida de outrem.

uma das falas da protagonista: “você já pensou como Joaquim ficaria de avental lavando a louça?” (CUNHA, 1998, p. 43). Assim, citando “Joaquim”, a personagem demonstra uma maior representatividade do homem. A ausência de nomes para as mulheres também pode ser tomada como uma maneira de permitir o processo de identificação entre leitoras e personagens. No excerto a seguir, verificamos não apenas a ausência de nome da protagonista como também a forma de distribuição dos papéis domésticos destinados a ela e as outras esposas:

Ela faz parte do departamento feminino do clube, e o que você faz como membro desse departamento?

Os olhos de água verde se derramam em pequenas cascatas de pequenos brilhos, além dos cílios e das curvas sem enigmas, eu vou mais cedo para o salão de festa.

Todos os sábados, ela ia, ela vai, pois é, o clube é no subúrbio, ela pegava, ela pega o ônibus bem cedinho, num instantinho eu chego lá, quarenta e cinco minutos no máximo, não, claro que eu não trabalho sozinha, eu e as esposas dos sócios, eleitas em assembleia geral para o departamento feminino, nós é que fazemos a arrumação e a limpeza do salão de festa, do restaurante e da área da piscina, entendeu? (CUNHA, 1998, p. 42).

No excerto acima, o verbo “ia” é a representação de um ato que ocorreu no passado que não foi necessariamente terminado; e “vai” representa o presente. Logo, notamos uma ideia de continuidade de ações proferidas no passado e também transportadas à continuidade no presente, como se fosse algo passado de geração em geração ou inacabado. A situação de ter um homem lavando a louça aparece como algo absurdo e impossível, reforçando ainda mais a questão do papel de domesticidade atribuído unicamente às mulheres.

Pateman defende que, nestes contratos empregatícios e matrimoniais, a mulher, geralmente, perde, uma vez que não recebe pagamento, mesmo executando tantas tarefas. Além de não receber remuneração, ainda é obrigada a seguir estruturas pautadas em contratos e subjugada à esfera privada, ao lar, diferindo de um empregado assalariado:

O empregado assalariado encontra-se na mesma condição civil de seu patrão no domínio público do mercado capitalista. Uma dona-de-casa permanece na esfera doméstica privada, mas as relações desiguais da vida doméstica são “naturalmente assim” e conseqüentemente não são menos importantes que a igualdade universal do mundo público (PATEMAN, 1993, p. 17).

As reflexões da crítica feminista estão datadas no final do século XX na década de 80, no entanto, elas ainda são atuais porque os discursos hierárquicos entre os gêneros estão enraizados na sociedade. Homens e mulheres reproduzem e difundem de geração em geração os princípios patriarcais, que relegam às mulheres

o *status* de domésticas e dependentes financeiramente do homem, conforme afirmamos anteriormente. No departamento representado no texto literário, são determinadas funções/papéis que as mulheres devem desempenhar. Importante lembrar que elas não opinam, somente executam os serviços, seguindo uma rotina na qual exige que a esposa-protagonista e as demais esposas trabalhem para manter a limpeza do clube. Uma das personagens lembra que o esposo não é mais o provedor financeiro da família, mas continua mantendo a posição de superioridade em relação a ela. Há, na conversa entre as personagens, a marca da ironia e da crítica ao espaço ocupado por elas:

Mas desde que seu marido se desempregou, quem paga todas as despesas é você, fazendo massagem de casa em casa e vendendo bijuteria para suas clientes, você não acha que seu marido é que é seu dependente?

O gesto macio de levar a mão ao cabelo não contrariava a direção do vento que pertencia à quietação daquele universo decifrado [...] (CUNHA, 1998, p. 43).

O *status* de provedora e mantenedora das despesas da casa não confere à personagem esposa o poder de mando. Isso ocorre devido à naturalização introjetada nas mulheres, conforme explicitou Bourdieu, de que as mulheres devem ficar relegadas à posição de inferioridade e subjugadas à esfera privada do lar. A protagonista profere as palavras com rapidez e, sequencialmente, transparecendo a necessidade de não deixar lacunas para questionamentos externos ou até mesmo autoquestionamentos: “mas o que você está pensando? Claro, temos cozinheira e ajudante de cozinha que, por sinal, um dia eu levo você para experimentar as delícias, de garçom, não precisamos, o almoço é servido tipo bufê, sabe como é [...]” (CUNHA, 1998, p. 43). Percebemos a inserção do assunto das delícias do bufê para amenizar a situação sobre os serviços domésticos do clube. Uma das esposas fala sem dar espaço para que essa outra personagem questione ou argumente algo, exatamente um retrato de como é na vida real. Tarefas são simplesmente impostas às mulheres e não lhes é dado o direito de argumentar contra. Existe uma naturalização por parte da protagonista porque esses comportamentos são impostos/instaurados constantemente, fazendo com que elas apenas internalizem e cumpram as tarefas. A protagonista não permite que a voz da outra mulher ecoe, retomando a ideia sobre as mulheres aceitarem e promoverem a dominação masculina por conta da introjeção de valores patriarcais que determinam ao homem o poder de mando.

Ela mesma se auto justifica e, embora descreva a situação como algo aceitável, positivo e necessário; é notório o descontentamento e sofrimento diante de tais comportamentos e daquela rotina. A repetida menção aos olhos marejados ilustra de modo preciso tal sofrimento e sentimento de outremização e objetificação de mulheres, mostrando a existência de um cansaço físico e psicológico: “Plácidas luzes verdes se deslocando dos olhos dela para as faíscas aceleradas dos meus, mas

por que as coagulações cristalizadas? Consentimento e adesão, quem determinou as formas e as fôrmas?” (CUNHA, 1998, p. 42).

Ao final, quando se faz uma alusão aos olhos cor de mar sem maré, refere-se à necessidade de uma tempestade, de um movimento que desconstrua esse padrão e quebre esse ciclo de naturalização e comportamento de extensão social. Dessa forma, o penúltimo parágrafo do conto retoma os conceitos explanados ao longo deste trabalho:

[...] me diga uma coisa, criatura, os olhos das mulheres desse seu clube são todos da cor do mar sem maré? não existe olhar de tempestade em meio das ondas e dos rochedos, nenhum olhar de afundar o barco ou mudar a cor da bandeira no alto do mastro? (CUNHA, 1998, p.43).

A mulher questionadora deseja compreender se todas as mulheres daquele departamento agem do mesmo modo e se aceitam essas imposições mesmo que positiva ou negativamente. Ao final, fica nítida a necessidade de uma tempestade que afunde esse barco de domínio masculino ou que mude os rumos em meio ao curso das águas, clamando por um movimento de rompimento desses comportamentos de dominação sob as mulheres do clube.

3 Considerações finais

A análise de “O departamento feminino do clube” contribui para que seja redimensionado o discurso e os estereótipos introjetados na sociedade em relação ao trato com as mulheres. Ao dar visibilidade às práticas hierárquicas que regem as relações de gênero, podemos combater a desigualdade de gênero. No conto, notamos o embate em relação ao domínio masculino sob as mulheres. A protagonista centraliza seu discurso justificando o conformismo com as atitudes masculinas, enquanto a ouvinte dilacera a inquietação e descontentamento com tais atitudes. Além disso, a rapidez com que a protagonista profere as palavras sem dar intervalo para argumentos contrários demonstra o quanto é difícil se inserir neste campo machista e como o processo de desconstrução e desnaturalização da violência de gênero é longo.

Não só é possível perceber a angústia das personagens do conto como também relacionar tal sentimento com o de mulheres que sofrem com a dominação masculina e sentem na pele as marcas do patriarcado em diversos contextos sociais. Assim, justificamos a emergência da presença das teorias feministas em sociedade para a quebra dos estereótipos de fragilidade e incapacidade atribuídos às mulheres. “Os olhos com a cor do mar sem maré” referem-se à necessidade de uma tempestade, algo que movimente e desconstrua esses padrões, quebrando esse ciclo de naturalização que distribui papéis distintos para homens e mulheres. Por isso, as discussões da crítica feminista são necessárias, porque elas vêm para reconfigurar

e desconstruir esses padrões e buscar a igualdade de gênero em sociedade. Deste modo, justificando a escolha do conto, faz-se válido evidenciar a importância de escrita de mulheres como as de Helena Parente Cunha, devido a contribuição da autora nos quesitos sobre desigualdades de gênero ocorridas no século XX, mas que também são percebidas no contexto atual levando-nos a refletir sobre os estereótipos atribuídos às mulheres há tempos em diversos pertencimentos sociais.

“THE FEMALE DEPARTMENT OF THE CLUB”, BY HELENA PARENTE CUNHA: QUESTIONABLE IMPOSITIONS

Abstract: Based on the assumptions of feminist criticism, in this article, we intend to analyze the short story “The women’s department of the club”, belonging to the Collection Vento gale gale, by the writer Helena Parente Cunha, in order to identify how the narrative evidences, the subjugation and imposition of domestic roles to women. We also verified the metaphor behind the reference to this female department, that is, this means of distribution and/or subdivision within public or private spheres. The author’s narrative outlines a picture of the society of the time, but brings up contemporary themes, since it addresses gender inequality and weaves, through the literary text, a critique of the discourses and social practices that feed the hierarchical look between genres. The short story shows the division of roles and the existence of social and matrimonial contracts, which are preached in the theoretical lines of feminism. In view of the above, we analyze the social and cultural marks left by the patriarchal values of domination and submission of women. From the critical feminist theoretical perspective, this study dialogues with the theoretical bases of: Pateman (1993), Lauretis (1994) and Showalter (1994).

Keywords: Women’s writing; Gender relations; Helena Parente Cunha.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

CUNHA, Bárbara Madruga. *Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero*. XVI Jornada de iniciação científica de Direito da UFPR. Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br>. Acesso em 01 de março de 2021.

CUNHA, Helena Parente. *Vento ventania vendaval: contos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-237.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução Marta Avancini. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Repensando a cultura, a literatura e o espaço de autoria feminina*. In: NAVARRO, M. H. (Org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre UFRGS, 1995.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *Estudos culturais de gênero e estética da recepção: leitura na perspectiva feminina*. *Nonada Letras em Revista*. Porto Alegre, ano 15, n. 19, p. 145-157, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5124/512451673014.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2021.

Recebido em 18 de setembro de 2021

Aprovado em 14 de dezembro de 2021